

Ricardo Augusto Schmitt

**SENTENÇA
PENAL**
condenatória **TEORIA
E PRÁTICA**

15^a edição
Revista e atualizada

2021



Rua Território Rio Branco, 87 Pituba – CEP: 41830-530 Salvador - Bahia

Tel: (71) 3045.9051

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Isabella Giordano (gjordano.bella@gmail.com)

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

5355s Schmitt, Ricardo Augusto.
Sentença Penal Condenatória / Ricardo Augusto Schmitt – 15. ed. rev. e atual. –
Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.
720 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-508-5

1. Sentença Penal. 2. Direito processual penal. I. Schmitt, Ricardo Augusto. II. Título.

CDD 341.435

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TEORIA DA SENTENÇA PENAL	23
1. CONCEITO E GENERALIDADES	23
2. CLASSIFICAÇÃO	24
3. REQUISITOS.....	25
4. RELATÓRIO.....	27
5. FUNDAMENTAÇÃO.....	38
5.1. Questões preliminares	39
5.2. Questões de mérito	64
5.2.1. A correlação com a ação penal	67
5.2.2. Denúncia e resposta à acusação.....	68
5.2.3. Queixa-crime	72
5.2.4. Vícios de fundamentação	74
5.2.5. Ônus da prova	75
5.2.6. Tecnicismo da motivação	76
5.2.7. Possibilidade de nova definição jurídica do fato (<i>emendatio libelli</i>).....	79
5.2.8. O Novo Código de Processo Civil e a <i>emendatio libelli</i>	86
5.2.9. Motivação na sentença condenatória oriunda de julgamento pelo Tribunal do Júri.....	88
5.2.10. Modelo de redação para a parte de fundamentação na sentença penal condenatória	88
6. PARTE DISPOSITIVA OU CONCLUSIVA.....	91
7. PARTE AUTENTICATIVA	97
CAPÍTULO II – SISTEMA TRIFÁSICO DE DOSIMETRIA DA PENA	99
1. A OBRIGATORIEDADE DE FUNDAMENTAÇÃO NA FIXAÇÃO DA PENA	99
2. O EXERCÍCIO DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL PARA A FIXAÇÃO DA PENA..	100
3. O SISTEMA VIGENTE PARA A DOSIMETRIA DA PENA.....	102
4. OS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS QUE NORTEIAM O SISTEMA TRIFÁSICO DE DOSIMETRIA DA PENA.....	103

5. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	104
5.1. Etapa legislativa	106
5.2. Etapa judicial.....	108
5.3. Etapa executória (ou administrativa)	109
5.3.1. Em que consiste o caráter ressocializador da pena? A execução penal como medida ratificadora da exclusão social	111
5.3.2. Princípios constitucionais correlatos ao da individualização da pena	113
6. HIERARQUIA DAS FASES.....	114
7. PROPORCIONALIDADE	118
7.1. Proporcionalidade/Necessidade	118
7.2. Proporcionalidade/Adequação.....	120
7.3. Proporcionalidade/Ponderação.....	121
8. NOTAS CONCLUSIVAS	122
 CAPÍTULO III – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	 125
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	125
2. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	126
2.1. Culpabilidade.....	126
2.2. Antecedentes.....	133
2.3. Conduta social	151
2.4. Personalidade do agente.....	155
2.5. Motivos do crime	161
2.6. Circunstâncias do crime.....	163
2.7. Consequências do crime	167
2.8. Comportamento da vítima.....	170
 CAPÍTULO IV – PENA-BASE.....	 173
1. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	173
2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE.....	174
3. REVISITANDO OS ENSINAMENTOS PRELIMINARES PARA A DOSIMETRIA DA PENA-BASE	191
4. CRITÉRIO IDEAL PARA A DOSIMETRIA DA PENA-BASE	194
 CAPÍTULO V – CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES.....	 213
1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	213
2. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	216

2.1. Análise do artigo 65 do Código Penal.....	216
2.2. Análise do artigo 66 do Código Penal.....	228
3. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES.....	229
3.1. Análise do artigo 61 do Código Penal.....	230
3.2. Análise do artigo 62 do Código Penal.....	247
4. CRITÉRIO IDEAL PARA A DOSIMETRIA DA PENA PROVISÓRIA OU INTERME- DIÁRIA.....	249
5. CONCURSO ENTRE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES	260
6. CRÍTICA À SÚMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	280
CAPÍTULO VI - CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA	285
1. CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA.....	285
2. CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS	289
3. CONCURSO ENTRE CAUSAS DE DIMINUIÇÃO OU DE AUMENTO DE PENA PREVISTAS NA PARTE ESPECIAL (ARTIGO 68, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDI- GO PENAL).....	295
4. CRITÉRIO IDEAL PARA A DOSIMETRIA DA PENA DEFINITIVA	299
CAPÍTULO VII - CONCURSO DE CRIMES.....	307
1. INTRODUÇÃO.....	307
2. CONCURSO MATERIAL OU REAL DE CRIMES	309
3. CONCURSO FORMAL OU IDEAL DE CRIMES	312
4. CRIME CONTINUADO OU CONTINUIDADE DELITIVA	315
5. CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DA PENA DEFINITIVA AO CONDENADO NAS ESPÉ- CIES DE CONCURSO DE CRIMES	317
6. LIMITE DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NA SENTENÇA PENAL CONDENA- TÓRIA.....	320
7. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA NAS ESPÉCIES DE CONCURSO DE CRIMES.....	322
CAPÍTULO VIII - PENA DE MULTA	325
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	325
2. CRITÉRIO IDEAL PARA A FIXAÇÃO DA QUANTIDADE DE DIAS-MULTA	327
3. CRITÉRIO IDEAL PARA A FIXAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DO DIA-MULTA	339
4. PENA DE MULTA SUBSTITUTIVA.....	343
5. EXECUÇÃO E PAGAMENTO DA PENA DE MULTA.....	344

CAPÍTULO IX – REGIME PRISIONAL DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	349
1. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	349
2. ESPÉCIES DE REGIMES PRISIONAIS	350
2.1. Regime fechado	351
2.2. Regime semiaberto.....	355
2.3. Regime aberto.....	357
3. CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DO REGIME PRISIONAL DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	359
4. CÔMPUTO DO TEMPO DE PRISÃO PROVISÓRIA PARA FINS DE DEFINIÇÃO DO REGIME PRISIONAL	375
5. CRITÉRIO PARA A DEFINIÇÃO DO REGIME PRISIONAL NOS CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS	382
6. CRITÉRIO PARA A DEFINIÇÃO DO REGIME PRISIONAL NAS ESPÉCIES DE CONCURSO DE CRIMES.....	397
 CAPÍTULO X – SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	 403
1. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	403
1.1. Prestação pecuniária	405
1.2. Perda de bens e valores.....	407
1.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	408
1.4. Interdição temporária de direitos.....	409
1.5. Limitação de fim de semana	411
2. REQUISITOS PARA A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	412
3. CRITÉRIOS ALTERNATIVOS PARA A ESCOLHA DA FORMA DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	415
4. CRITÉRIOS LEGAIS PARA A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	417
5. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS.....	427
6. CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE	438
7. MODELOS DE REDAÇÕES PARA A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.....	439
 CAPÍTULO XI – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	 443
1. <i>SURDIS</i> PENAL E PROCESSUAL.....	443
2. REQUISITOS PARA O <i>SURDIS</i> PENAL	444
3. <i>SURDIS</i> SIMPLES OU COMUM.....	445

4. <i>SURSI S</i> ESPECIAL.....	446
5. <i>SURSI S</i> ETÁRIO.....	447
6. <i>SURSI S</i> HUMANITÁRIO.....	447
7. INCIDÊNCIA DO <i>SURSI S</i> PENAL.....	447
8. <i>SURSI S</i> PENAL EM CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS.....	450
9. AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA	452
10. CONDIÇÕES, CAUSAS DE REVOGAÇÃO E DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE PROVA.....	452
CAPÍTULO XII - DIREITO DE RECORRER.....	455
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	455
2. DIREITO DE RECORRER: SENTENCIADO QUE SE ENCONTRA EM LIBERDADE PLENA OU IRRESTRITA.....	458
3. DIREITO DE RECORRER: SENTENCIADO QUE SE ENCONTRA EM LIBERDADE RESTRITA OU CONDICIONADA.....	464
4. DIREITO DE RECORRER: SENTENCIADO QUE SE ENCONTRA PRESO PROVISORIAMENTE.....	468
5. ENSINAMENTOS QUE NÃO DEVEM SER ESQUECIDOS PARA A DEFINIÇÃO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA DO DIREITO DE RECORRER DO SENTENCIADO	475
6. DIREITO DE RECORRER: SENTENCIADO POR CRIME HEDIONDO E SEUS EQUIPARADOS.....	478
7. DIREITO DE RECORRER: TRATAMENTO PARA OS CORRÉUS	487
CAPÍTULO XIII - EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	489
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	489
2. EFEITOS AUTOMÁTICOS OU GENÉRICOS DA CONDENAÇÃO.....	490
3. EFEITOS NÃO AUTOMÁTICOS OU ESPECÍFICOS DA CONDENAÇÃO	493
4. FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA A REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL.....	499
CAPÍTULO XIV - PROVIDÊNCIAS FINAIS.....	507
1. COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA AO OFENDIDO.....	507
2. CUSTAS PROCESSUAIS.....	508
3. GUIA DE EXECUÇÃO OU DE RECOLHIMENTO.....	509
4. EFEITOS POLÍTICOS DA CONDENAÇÃO.....	511
5. REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.....	511

CAPÍTULO XV – MODELO-PADRÃO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA PARA CONCURSOS	513
CAPÍTULO XVI – SENTENÇAS CONDENATÓRIAS EM CASOS CONCRETOS.....	537
1. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. CONFISSÃO QUALIFICADA. JUSTIFICATIVA NÃO COMPROVADA. NÃO RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS.....	538
2. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME.....	542
3. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. COMPROVAÇÃO DA NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. IRRELEVÂNCIA DA ARMA DE FOGO SER DE USO PERMITIDO. CONDENAÇÃO NAS PENAS DO PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO	546
4. FURTO QUALIFICADO TENTADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E PRATICADO DURANTE O REPOUSO NOTURNO. REVELIA. PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. <i>EMENDATIO LIBELLI</i> . CONSUMAÇÃO. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA E DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE FURTO SIMPLES CONSUMADO	549
5. FURTO QUALIFICADO. ANTECEDENTES CRIMINAIS COMPROVADOS. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO E VALORAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. INVIABILIDADE.....	552
6. ROUBO. CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CRIME CONTINUADO. CONFISSÃO ESPONTÂNEA EM JUÍZO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VÍTIMAS NÃO ENCONTRADAS NOS ENDEREÇOS CONSTANTES DOS AUTOS. VALORAÇÃO DA PROVA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ARMA DE FOGO NÃO APREENDIDA. EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE AO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. JULGAMENTO ANTERIOR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.654/2018 QUE ALTEROU O ARTIGO 157 DO CÓDIGO PENAL.....	556
7. ROUBO IMPRÓPRIO. MATERIALIDADE INDIRETA. <i>EMENDATIO LIBELLI</i> . CONCURSO DE PESSOAS. NÃO RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA MENORIDADE. CONDENAÇÃO.....	566
8. ROUBO. CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CORRUPÇÃO DE MENORES. CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE A ARMA DE FOGO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA POTENCIALIDADE LESIVA. JULGAMENTO ANTERIOR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.654/2018 QUE ALTEROU O ARTIGO 157 DO CÓDIGO PENAL.....	571

9. ROUBO. EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE AO EMPREGO DE ARMA. *NOVATIO LEGIS IN MELLIUS*. NÃO RECONHECIMENTO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES DA MENORIDADE E DA CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. JULGAMENTO POSTERIOR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.654/2018... 576
10. ESTELIONATO. CRIME CONTINUADO E CONCURSO MATERIAL. FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO INICIAL. INAPLICABILIDADE..... 581
11. ESTUPRO E ROUBO COM RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. CONCURSO MATERIAL. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA DA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO INICIAL. INAPLICABILIDADE. CÔMPUTO DO PERÍODO DE PRISÃO PROVISÓRIA. REGIME PRISIONAL INALTERADO..... 587
12. LATROCÍNIO. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PROVA EMPRESTADA. ADMISSIBILIDADE. JULGAMENTO ANTERIOR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.654/2018 QUE ALTEROU O ARTIGO 157 § 3º DO CÓDIGO PENAL..... 595
13. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO QUALIFICADA. VALORAÇÃO DA PROVA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONJUNTO PROBATÓRIO COERENTE E HARMÔNICO ENTRE SI. CONDENAÇÃO. CONFISSÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO INICIAL. INAPLICABILIDADE. EFEITOS NÃO AUTOMÁTICOS DA CONDENAÇÃO. INCIDÊNCIA. CÔMPUTO DO PERÍODO DE PRISÃO PROVISÓRIA. REGIME PRISIONAL INALTERADO..... 601
14. TORTURA. LEI Nº 9455/97. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO DO ACUSADO EM DIVERGÊNCIA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. RECONHECIMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO CRIME COMETIDO CONTRA CRIANÇA E DA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE DO REGIME INICIALMENTE FECHADO PREVISTO NA LEI PENAL ESPECIAL. DEFINIÇÃO DO REGIME PRISIONAL COM APOIO NAS REGRAS DO CÓDIGO PENAL. REINCIDÊNCIA. REGIME INICIAL FECHADO. 640
15. TRÁFICO DE DROGAS. LEI Nº 11.343/2006. JULGAMENTO OCORRIDO EM 2009. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE *INCIDENTER TANTUM* DO REGIME PRISIONAL PREVISTO DA LEI Nº 8.072/90 E DA VEDAÇÃO À SUBSTITUIÇÃO DA PENA PREVISTA NA LEI Nº 11.343/2006. REGIME PRISIONAL FIXADO DE ACORDO COM AS REGRAS DO CÓDIGO PENAL. REGIME ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. RECONHECIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ARTIGO 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/2006. REDUÇÃO NO PATAMAR MÁXIMO..... 643

16. TRÁFICO DE DROGAS. LEI Nº 11.343/2006. NÃO INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ARTIGO 33 § 4º DA LEI DE DROGAS. ACUSADO PRESO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. INAPLICABILIDADE DA DETRAÇÃO PENAL PARA FINS DE FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL	655
17. TRÁFICO DE DROGAS. LEI Nº 11.343/2006. NÃO INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ARTIGO 33 § 4º DA LEI DE DROGAS. RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA (ESPECÍFICA). MANUTENÇÃO DA PRISÃO.	661
18. LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PELA AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO EM JUÍZO. AFASTAMENTO. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL.....	666
19. LESÃO CORPORAL GRAVE. TRÊS ACUSADOS E TRÊS VÍTIMAS. JULGAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE DO PEDIDO INICIAL. COMANDO MÚLTIPLO NA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA. APLICABILIDADE DO ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL. APLICAÇÃO DO <i>SURSIS</i> PENAL.	672
20. LATROCÍNIO TENTADO. SENTENÇA DIVIDIDA EM CAPÍTULOS. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECONHECIMENTO DA COAUTORIA E DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 231 DO STJ. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. NEGATIVA AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. JULGAMENTO ANTERIOR A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.654/2018 QUE ALTEROU O ARTIGO 157 § 3º DO CÓDIGO PENAL	683
21. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE CONFISSÃO FORMAL E CIRCUNSTANCIADA NA FASE DE INVESTIGAÇÃO. ARTIGO 28-A DO CPP. INCLUSÃO PROMOVIDA PELO PACOTE ANTICRIME (LEI Nº 13.964/19). REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.....	704
22. ESTELIONATO. ILÍCITO CIVIL. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.	708
23. PRISÃO PREVENTIVA. PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19. NECESSIDADE DE REVISÃO DA PRISÃO A CADA 90 DIAS. ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPP. INCLUSÃO PROMOVIDA PELO PACOTE ANTICRIME (LEI Nº 13.964/19). DECISÃO PELA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.	708
24. PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19. SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VIDEOCONFERÊNCIA. POSSIBILIDADE.	710
25. ROUBO. INEXISTÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA GRAVE AMEAÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA.....	716
CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	719